



EMPRESAS DE MICRO E PEQUENO PORTE: MAPEAMENTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS

MICRO AND SMALL COMPANIES: MAPPING SCIENTIFIC RESEARCH

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Gislaine da Silva, UEM, Brasil, gislaines.l@hotmail.com

Deisy Cristina Corrêa Igarashi, UEM, Brasil, dccigarashi@uem.br

Wagner Igarashi, UEM, Brasil, wigarashi@uem.br

Resumo

As micro e pequenas empresas respondem significativamente pela geração de empregos e representam 52% dos estabelecimentos no Brasil. Devido à importância destas empresas na economia nacional, esta pesquisa mapeia pesquisas científicas publicadas junto ao “USP *International Conference in Accounting*” e ao “Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade” de 2007 a 2020, com vistas a observar o perfil das pesquisas que estão sendo desenvolvidas na temática. Utiliza-se para a pesquisa o método de revisão sistemática. No desenvolvimento da pesquisa foram analisados 21 textos. Com os resultados da análise os textos foram classificados nos seguintes grupos: mapeamento teórico - 5%, percepção de profissionais de contabilidade - 14%, uso da informação para tomada de decisão - 71%, e usuário externo da informação - 10%. Observou-se que 71% os artigos foram categorizados no grupo ‘uso de informação para tomada de decisão. Os textos deste grupo foram segmentados em nove subgrupos: contexto econômico, pronunciamentos contábeis - CPC, custos, fluxo de caixa, governança corporativa, planejamento organizacional, sistema de informação, planejamento tributário, e uso informação de para tomada de decisão. A pesquisa possibilitou identificar que 41% das publicações são oriundas da região Sudeste do Brasil e que a temática passou a apresentar maior número de textos publicados a partir de 2018, com destaque ao ano de 2020, no qual foram publicados 39% dos textos pesquisados.

Palavras chave: Micro e Pequenas Empresas; Revisão Sistemática; Uso da informação.

Abstract

Micro and small companies are significantly responsible for the jobs generation and represent 52% of establishments in Brazil. Due to the importance of these companies in the national economy, this research maps scientific researches published at the "USP *International Conference in Accounting*" and the "USP Congress of Scientific Initiation in Accounting" from 2007 to 2020, with a view to observing the profile of the researches that are being developed in the theme. The systematic review method is used for research. In the development of the research, 21 texts were analyzed. With the analysis results, the texts were classified into the following groups: theoretical mapping - 5%, professionals accounting perception - 14%, use of information for decision making - 71%, and external information user - 10%. It was observed that 71% of the articles were categorized in the 'use of information for decision-making' group. The texts in this group were segmented into nine subgroups: economic context, accounting pronouncements - CPC, costs, cash flow, corporate governance, organizational planning, information system, tax planning, and use of information for decision making. The research made it possible to identify that 41% of the publications come from the Southeast region of Brazil and that the subject started to present a greater number of texts published from 2018, with emphasis on the year 2020, in which 39% of the researched texts were published.

Key words: Micro and Small Businesses; Systematic review; Information use.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma estimativa de 14.644.000 (quatorze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil) empreendedores, ocupando a 13ª posição como o país mais empreendedor do mundo (GEM, 2008). Portanto as empresas de micro e pequeno porte têm função determinante no desenvolvimento social e econômico do país, pelo volume de emprego e renda que geram (RODRIGUES, CASTRO, 2017).

Neste sentido, os gestores de tais empresas na condição de empreendedores exercem ações que impulsionam o desenvolvimento, o crescimento econômico e a geração de emprego e renda. Entretanto, nota-se que em muitas empresas, os empresários consideram não ser necessário a realização de planejamento empresarial (por se tratar de micro ou pequenas empresas). Tal percepção torna vulneráveis as empresas de micro e pequeno porte junto ao mercado de atuação, e contribui para o aumento da taxa de mortalidade de uma parcela destas empresas. Estudos anteriores como os de Sales, Barros e Pereira (2011), Morais e Carneiro (2017) e Sebrae (2017) apontam que grande parte dessas empresas não chegam a completar três anos de atuação.

Couto, Campos e Castro (2017) então dividem em dois fatores os motivos que conduzem ao encerramento precoce das atividades de empresas, a saber: (a) internos – relacionados diretamente ao empresário e a falta de planejamento prévio; e (b) externos – fatores que não são de controle do empresário. Sales, Barros e Pereira (2011) complementam que, em muitos casos o sucesso destas empresas depende da formação e da capacitação de seus empresários, para que haja o gerenciamento eficiente das atividades da empresa. Santini et al. (2015) destacam, também, alguns fatores que levam à mortalidade das empresas, como por exemplo: falta de conhecimento em relação ao mercado, clientes, condução da gestão financeira da empresa, economia da região ou do país, juros, crise, desastres ambientais entre outros.

De modo complementar, Gelbcke, Martins, Santos e Iudícibus (1997) destacam que 80% das empresas no mundo são familiares, sendo que muitas delas se configuram como micro e pequenas empresas. Neste sentido, Pessoa (2017) afirma que 52% das micro e pequenas empresas brasileiras podem ser consideradas familiares, pois pessoas da família participam da empresa na condição de sócio ou de empregado do proprietário.

Assim, considerando o cenário apresentado e a carência de informações para os gestores darem continuidade e manutenção de micro e pequenas empresas, esta pesquisa tem como objetivo o mapeamento de pesquisas científicas publicadas junto ao “USP *International Conference in Accounting*” e ao “Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade” de 2007 a 2020, a fim de observar o perfil das pesquisas que têm por foco gerar informações que auxiliem gestores de empresas de micro e pequeno porte na continuidade e manutenção de tais empresas. Neste sentido, busca-se responder ao seguinte questionamento: como se apresentam as pesquisas publicadas, junto aos eventos científicos selecionados, que têm por foco a geração de informações que auxiliem gestores de empresas de micro e pequeno porte na continuidade e manutenção de tais empresas?

Para responder ao questionamento, um estudo no formato de revisão sistemática contribui ao compilar fontes de pesquisa vinculadas ao tema em específico. Deste modo, esta pesquisa

sintetiza e agrupa estudos vinculados a micro e pequenas empresas enfocando especificamente a geração de informações com vista a continuidade e manutenção deste tipo de empresa, bem como no auxílio aos gestores no uso das informações.

2. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lei Complementar 123/2006 prevista na Constituição, foi criada para regulamentar o tratamento diferenciado que deve ser dado às micro e pequenas empresas (MPEs) brasileiras. Esta lei tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia. (SEBRAE, 2016).

Dentre os benefícios da Lei Geral que protege micro e pequenas empresas estão descritos: (a) simplificação e desburocratização; (b) facilidades para acesso ao mercado; (c) facilidades para obtenção de Crédito e à justiça; e (d) estímulo à inovação e à exportação (SEBRAE, 2016).

Por meio da Lei Complementar 123/2006, foi instituído o regime tributário específico para pequenos negócios, como a redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, denominado de Simples Nacional (SEBRAE,2016). As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) são representadas pelas Empresas de Pequeno Porte (EPPs), pelas Microempresas (MEs) e pelo Microempreendedor Individual (MEI) e estão entre as principais geradoras de riqueza no comércio do país (SEBRAE,2016).

A Lei Complementar 123/2006 uniformizou o conceito de micro e pequenas empresas com base em sua receita bruta anual. Na classificação de microempresa são enquadradas a sociedade simples, a sociedade empresária limitada (LTDA), o empresário individual (EI) e a empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI); sendo que a receita bruta anual, deve ser igual ou inferior a R\$360.000,00 e a quantidade de funcionários na indústria e na construção civil é de até 19 empregados no comércio, e nos prestadores de serviços de até 9 empregados.

Já na classificação de empresas de pequeno porte se enquadram aquelas que apresentam receita bruta anual superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00, com número de funcionários na indústria e na construção civil de 20 a 99 empregados; e no comércio e nos prestadores de serviços de 10 a 49 empregados. (SEBRAE, 2016, p. 11).

Especificamente no caso do microempreendedor individual (MEI) foi criada a Lei Complementar 128/2008, concebida com o intuito de gerar oportunidade aos trabalhadores informais de se tornarem empreendedores legalmente constituídos (Lopes, Siqueira, Vieira e Freitas, 2014). Conforme explica o SEBRAE (2016) o MEI refere-se a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo simples nacional, desde que obtenha receita bruta anual igual ou inferior a R\$81.000,00 (SEBRAE,2016).

De acordo com o IBGE (2009) o conjunto de pequenas e médias empresas (PMEs) representa cerca de 20% do produto interno bruto (PIB) nacional. O SEBRAE (2017) indica que as MPEs ao todo responderam por 27% do PIB, 52% do total de empregos e por 40% da massa salarial. Entretanto, deve-se levar em consideração que os dados não consideram o elevado número de MPEs que funcionam informalmente e também geram renda e empregos. Neste sentido,

destaca-se que na coleta de dados o IBGE (2009) considerou empresa informal aquela que não tem sistema de contas claramente separado das contas da família, emprega até cinco pessoas, incluindo empregados e empregadores, mesmo estando inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), apesar de não possuir um sistema de contabilidade próprio. O que pode denotar a importância de se incentivar e qualificar as micro e pequenas empresas.

A informalidade é um dos pontos que mais influenciam na evasão fiscal das MPEs, com a falta de informações dos empresários do setor, elevada burocracia e inadequado controle contábil. Isto porque muitos empreendedores preferem a informalidade, e alguns se utilizam de práticas ilegais para reduzir o impacto dos tributos, como por exemplo: comprar e vender mercadoria sem nota fiscal, fraudar demonstração fiscal, entre outros.

Assim, como um dos efeitos da informalidade, o governo arrecada menos, provoca entraves econômicos e empresariais, e conseqüentemente reduz a aplicação de valores em ações que visam reduzir as desigualdades sociais. Por outro lado, há perda também ao trabalhador como falta de: licença maternidade, aposentadoria e auxílio doença. Estes são alguns dos benefícios que empregador e empregado deixam de gozar em virtude da situação de informalidade. Situação que foi minimizada pela Lei Complementar 128/2008 visando regularizar atividades de milhões de trabalhadores que até então permaneciam na informalidade.

O MEI é uma forma diferenciada e desburocratizada que visa a legalização de pequenos negócios e serviços, a partir do pagamento em conjunto de impostos e contribuições, resultando em substancial redução de custos e de obrigações acessórias. Destaca-se que ao se institucionalizar a figura jurídica do MEI, houve crescimento na quantidade de optantes pelo programa, que passou de 0 a 7.525.153 entre 2009 e 2018 (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2018).

Dados mais recentes disponibilizados e atualizados no Portal do Empreendedor permitem a discussão a respeito do impacto dessa modalidade na economia e da importância de assistir de maneira mais presente e eficaz esses empresários, já que o desenvolvimento e o crescimento de um país sofrem impactos de atividades empreendedoras, como a representada pelo MEI (PORTUGAL, SILVA, PORTUGAL JÚNIOR e Alves, 2017). Na legislação em vigor o registro do Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional poderá ser feito por escritório de contabilidade. Essa formalização não tem custo para o pequeno empresário, portanto o MEI é dispensado do pagamento de valores referentes a taxas, emolumentos e demais custas relativas à abertura, inscrição, registro, alvará, licença e cadastro (LEI COMPLEMENTAR 128/08, artigo 18).

É fundamental que os escritórios de contabilidade ofereçam suporte a esse público, já que eles podem se tornar clientes fiéis e contribuir para o aumento da receita do escritório. Apesar da legislação dispensar o MEI de efetuar os registros contábeis, existem algumas ações que são mais complexas, principalmente, em relação à contratação de funcionários, entre outros. (SEBRAE, 2016). Desta forma, o microempresário que deseje obter informações detalhadas sobre todo o processo de formalização, bem como benefícios e deveres, orientação sobre o registro junto aos órgãos competentes, como Juntas Comerciais, Receita Federal, entre outros, poderá contar com o apoio de um escritório de contabilidade de forma gratuita e com amparo legal.

2.2 Mortalidade Precoce e a importância de uma gestão eficiente

Apesar dos incentivos às Micro e Pequenas empresas, ainda existe alto índice de mortalidade das MPEs, algumas características identificadas pelo IBGE (2009) foram: pequeno volume de capital; registros contábeis inadequados; dificuldades de financiamento; baixa utilização de tecnologia; tempo de vida médio curto; uso de mão de obra pouco qualificada; altos índices de natalidade e mortalidade; altos índices de informalidade e evasão fiscal.

Conforme o SEBRAE (2016) uma característica peculiar deste grupo de empresas refere-se aos elevados índices de natalidade e mortalidade, tendo um crescimento acumulado nos anos de 1996 a 2002 de 53,55%, totalizando 1.741.662 novas empresas de micro e pequeno porte, com destaque às taxas de crescimento nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil.

Segundo Greco et al. (2010), a pesquisa sobre desenvolvimento econômico realizada no Brasil demonstrou que 26,9% dos indivíduos adultos da população são proprietários ou administradores de algum negócio, revelando que mais de um quarto da população do país está envolvida com a atividade de empreendedorismo.

Em decorrência disso, o governo criou a Lei n. 12.792, de 28 de março de 2013, que instituiu a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, bem como entidades e programas para melhor atender as MPEs do país. Um dos programas criados foca no tratamento diferenciado e favorecido em processos de recuperação judicial. A recuperação judicial é uma ação em que a empresa devedora apresenta um plano de pagamento de suas dívidas a seus credores, perante a Justiça, para evitar a falência. O tratamento diferenciado às MPEs vale tanto para aquelas que têm créditos a receber quanto para aquelas que querem evitar a falência e é garantido pela Lei Complementar n. 147, de 2014, que promoveu alterações na Lei n. 11.101, de 2005 (Lei de Falências), e na Lei Complementar n. 123, de 2006 (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa).

Alvim (1998, p. 35) argumenta que se deve “facilitar o acesso da pequena empresa às informações de oportunidades de negócio, fornecedores, fontes de tecnologia, mercado, comércio internacional, especificações de mercado, comprador, legislação, etc.” E complementa dizendo que é necessário financiar estudos de mercado, econômicos, de prospecção tecnológica e mercadológica, bem como a participação em feiras e eventos e viabilizar o acesso a sistemas de informação estratégica, nas áreas de tecnologia e de mercado. Para SEBRAE (2007, p.35) “é imperioso, para a boa condução do negócio, deter conhecimento das áreas de planejamento, organização empresarial, vendas e recursos humanos”.

Segundo Markus e Moraes (2015) boa parte das MPEs encerram suas atividades em um, três ou cinco anos após o início de suas atividades e a causa destes falecimentos ocorre, na maioria dos casos, devido à má gestão. A gestão eficiente nessas empresas pode colaborar para a redução da taxa de encerramento prematuro das atividades e pode permitir que se consiga uma redução das taxas de mortalidade das MPEs.

Neste sentido, Veloso e Porto (2015) observam que a gestão empresarial começou a ter maior incentivo depois do século XX, quando a área financeira passou a ter importância no crescimento das empresas, sendo necessária a capacitação para gerenciar por meio de planejamento e controle financeiro (fluxo de caixa). Isto porque conforme Marques (2009) a essência da gestão, do planejamento e do controle empresarial conferem as bases para que os

gestores de uma empresa possam pensar em um processo contínuo de tomada de decisão em relação ao seu destino a curto, médio e longo prazo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa apresenta-se como uma revisão sistemática, a qual se destaca por identificar, analisar e sintetizar estudos anteriores, além de reunir diversas informações importantes para a tomada de decisão, relacionadas a resultados de pesquisas anteriores, bem como apresentando os conflitos e complementos dos achados, aumentando a reflexão e o conhecimento do que foi previamente estudado sobre determinado tema (CONFORTO, AMARAL, SILVA, 2011).

Nesta pesquisa o método Cochrane para a revisão sistemática (HIGGINS, GREEN, 2011), o qual é composto de 8 etapas, foi adaptado, pois a 6ª não foi operacionalizada. A figura 1 apresenta a descrição das sete etapas que foram aplicadas no desenvolvimento desta pesquisa.

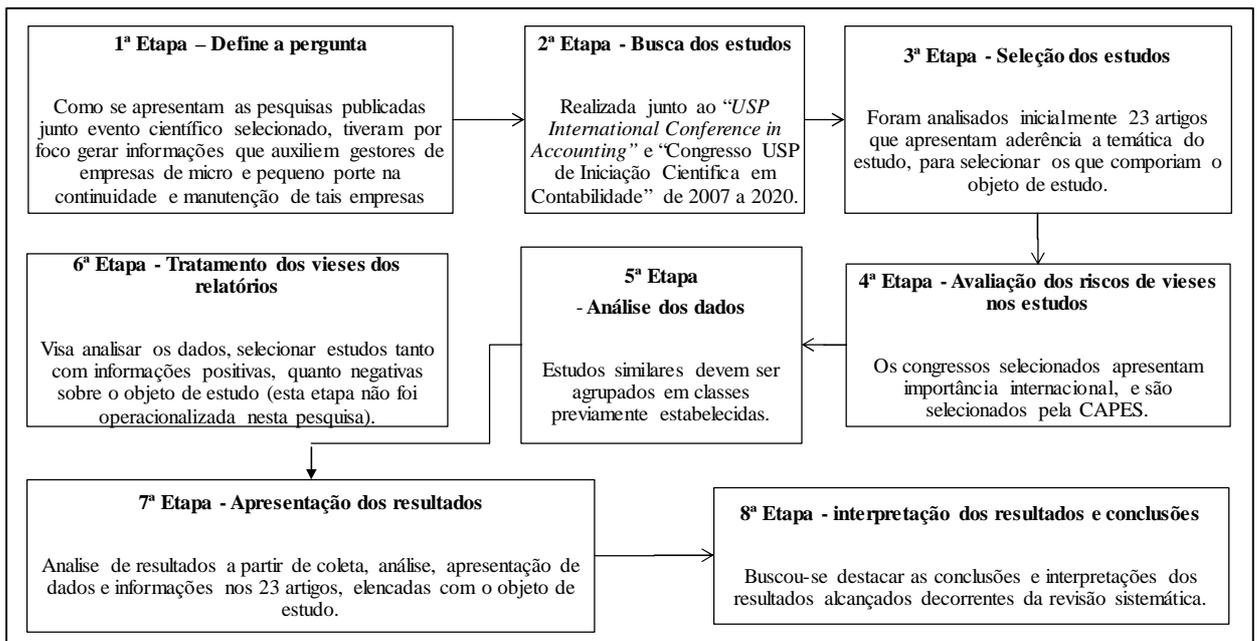


Figura 1: Revisão sistemática pelo método de Cochrane – oito etapas aplicadas

[na pesquisa

A primeira etapa refere-se à definição de uma pergunta ou questão pesquisa, a qual contém a descrição do foco de estudo. Higgins e Green (2011) explicam que a primeira etapa é a mais importante, ela orientará o pesquisador ao elaborar a revisão sistemática. A segunda etapa se refere a busca por estudos. Lefebvre, Manheimer e Glanville (2011) explicam que essa etapa identifica os estudos que compõem a revisão sistemática. A busca pelos estudos ocorreu junto aos anais dos eventos “USP International Conference in Accounting” e “Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade” de 2007 a 2020, abrangendo artigos publicados com a temática Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual e Empresas familiares. Ao fim da busca foram identificados 23 artigos.

A terceira etapa caracteriza-se pela seleção dos estudos e inicia-se com a coleta de dados junto aos estudos selecionados. Para isso é preciso tomar nota das variáveis pertinentes à pesquisa junto aos textos selecionados (HIGGINS, DEEKS, ALTMAN, 2011). Deste modo, foram analisados os 23 artigos. Dois textos foram excluídos como objeto de estudo por não se enquadrarem ao perfil desta pesquisa. Por isso os textos: “O Desenvolvimento Prático Profissional de Estudantes de Ciências Contábeis nas Atividades Realizadas em Empresa Junior” (ARAUJO, GOMES, MARQUES, 2020), foi excluído por abordar a vivência e experiência prática de estudantes em uma Empresa Júnior; e o artigo “Auditoria Independente: um Estudo dos Motivos de Contratação pelas Pequenas e Médias Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul” (SCHAEFER, BITTENCOURT, 2020), também, foi excluído por focar a contratação de empresas de auditoria independente pelas cooperativas, e não efetivamente micro e pequenas empresas. Deste modo, foram selecionados 21 textos como objeto de estudo.

A quarta etapa refere-se à avaliação de riscos e vieses nos estudos. Como os congressos selecionados como base de dados desta pesquisa (“USP *International Conference in Accounting*” e “Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade”), historicamente apresentam importância internacional e nacional, são qualificados segundo a CAPES e possuem um criterioso critério de *blind review*, considera-se que a etapa de avaliação de riscos e vieses nesta pesquisa está sanada pela qualificação e pelos critérios oriundos das práticas realizadas pelo corpo editorial dos eventos, dos quais os textos foram extraídos.

Na quinta etapa tem-se a análise de dados, para tanto Deeks, Higgins e Altman (2011) explicam que estudos similares devem ser agrupados em classes previamente estabelecidas, a fim de minimizar falhas ou erros na análise de dados. Na sexta etapa são tratados os vieses de publicação, todavia pelo fato de a pesquisa abranger um número limitado de estudo, esta etapa foi suprida desta pesquisa.

A sétima etapa refere-se à apresentação dos resultados da pesquisa, a fim de sintetizar os resultados obtidos observando, por exemplo: ordem lógica, elementos dos textos pesquisados que estejam vinculados aos objetivos da revisão sistemática que está sendo desenvolvida (SCHÜNEMANN et al., 2011). Ou seja, a partir de coleta e análise realizar a apresentação de dados e informações oriundas dos 21 artigos selecionados. Na oitava etapa realiza-se a interpretação e conclusão dos resultados. Neste sentido, Schünemann et al. (2011) recomendam que, ao se concluir uma revisão sistemática, os resultados sejam apresentados de forma a conduzir o leitor a identificar os resultados alcançados, com a revisão sistemática.

Destaca-se que os procedimentos realizados da quinta etapa (análise de dados) até a oitava etapa (interpretação dos resultados e conclusão) são apresentados na seção 4 deste artigo.

4 ANÁLISE DE DADOS

A partir dos textos selecionados (21 textos) passou-se a análise dos aspectos macro. Deste modo, observou-se que 9% dos textos foram publicados por dois autores, 35% por três e quatro autores, somando 70% dos textos, e 22% por cinco autores. Destaca-se também que como a análise foi composta por 21 textos, dos quais participaram 58 autores, pode-se afirmar que a participação média foi de 3 autores por texto.

Durante a análise macro das instituições de origem dos autores verificou-se que apenas dois autores não apresentavam vínculo com instituição de ensino, sendo que os demais autores (56) tinham tal vínculo. Observou-se ainda que a instituição que mais publicou sobre o tema foi a Universidade Presbiteriana Mackenzie (14%).

As instituições de origem dos autores foram analisadas a partir da segmentação por estado e observou-se que 24% dos textos são oriundos do estado de São Paulo. Quando as instituições são agrupadas por regiões geográficas do Brasil observou-se que não houve textos vinculados à temática oriundos da região Norte, que 3% dos textos são da região Centro-oeste. Além disso, as regiões Nordeste e Sul apresentaram participações semelhantes com 27% cada uma e a Sudeste apresentou 41% das publicações.

Com a pesquisa identificou-se que de 2007 a 2011 houveram poucas publicações no tema (3 artigos) e que no ano de 2012 foram publicados 17% dos textos analisados. Contudo a temática passou a apresentar maior número de textos publicados a partir de 2018, com destaque ao ano de 2020, no qual foram publicados 39% dos textos pesquisados. Após a análise macro passou-se para a análise dos elementos que compõem cada um dos textos, a partir da análise dos textos foi construído o quadro 1.

% e grupo		% e Subgrupo		Autor (ano)
5%	Mapeamento teórico	5%	Mapeamento teórico	Zatta, Mattos e Olivera (2020)
14%	Percepção de profissionais contábeis	5%	Qualificação profissional	Bordignon (2012)
		5%	Forma de prestar o serviço	Oliveira, Moraes e Marçal (2019)
		5%	Atendimento ao cliente	Soares e Pereira (2019)
71%	Uso da informação para tomada de decisão	10%	Contexto econômico	Leite Filho, Carvalho e Antoniali (2012)
				Ferreira, Silva e Rodrigues (2020)
		5%	Pronunciamentos Contábeis (CPC)	Guanandy e Almeida (2017)
		10%	Custos	Hofer e Schultz (2007)
				Silva, Oyadomari, Medonça Neto e Diehl (2014)
		10%	Fluxo de caixa	Santos e Pereira (2020)
				Moreira (2020)
		5%	Governança	Gouveia e Fonseca (2020)
		10%	Planejamento organizacional	Neitzke e Oliveira (2012)
				Vannucci, Ferreira e Silva (2020)
10%	Sistema de informação	Perez et al. (2012)		
5%	Planejamento Tributário	Buchweitz e Cruz (2020)		
		Luca, Teixeira Filho e Corrêa (2007)		
10%	Uso informação para tomada de decisão	Kós, Espejo, Raifur e Anjos (2011)		
		Ribeiro, Freitas, Anjos e Oliveira (2015)		
10%	Usuário externo da informação contábil	5%	Contexto econômico	Belizário e Almeida (2020)
		5%	Contexto econômico	Bizerra et al. (2020)

Quadro 1: Classificação de temas e subtemas

Após a classificação dos textos em grupos foi realizada uma nova análise para classificá-los em subgrupos, conforme quadro 1. Ao se proceder a classificação observou-se que o grupo

predominante no tema foi o ‘uso da informação para fins de tomada de decisão’ (71%). Observou-se que o grupo ‘usuário externo da informação contábil’ no tema de pesquisa emergiu somente em 2020, decorrente de estudos com enfoque nos efeitos da pandemia de COVID-19 e enfocaram impactos econômicos que a pandemia gerou para as micro e pequenas empresas. Deste modo, a pesquisa evidencia que apenas dois grupos têm sido trabalhados de modo mais recorrente ao longo do tempo nas publicações vinculadas ao tema micro e pequenas empresas, sendo eles: ‘percepção de profissionais contábeis’ (14%), e o ‘uso da informação para tomada de decisão’ (71%).

No que se refere ao grupo percepção de profissionais contábeis observou-se que Bordignon (2012) ao pesquisar os profissionais da área enfocaram elementos referentes a qualificação profissional, sendo que os profissionais pesquisados afirmam haver demanda de mais cursos e treinamentos para o melhor desenvolvimento de suas atividades. Ao afirmar haver carência de treinamentos e de melhor formação do profissional, observa-se alinhamento com o estudo de Oliveira, Moraes e Marçal (2019). Por fim, neste grupo, Soares e Pereira (2019) enfocaram o atendimento ao cliente e relatam a demanda de profissionais pelo atendimento aos MEIs, por se tratar de empresas de menor porte, que demandam de um menor volume de informações, o que além de tornar o serviço mais simplificado pode indicar falta de preparo técnico, ou mesmo da demanda de formação complementar para que os profissionais contábeis atuem junto às empresas de maior porte.

Com relação ao grupo ‘uso da informação para a tomada de decisão’ quando se analisa o subgrupo ‘contexto econômico’, Leite Filho, Carvalho e Antonialli (2012) observaram variações entre taxas de crescimento de vendas de um mesmo setor e entre os setores distintos, e identificaram capacidades e competências organizacionais distribuídas de forma heterogênea entre as firmas estudadas, causando influências diversas no crescimento das vendas. Ademais, Ferreira, Silva e Rodrigues (2020) ao verificar que a pandemia causou deslocamento circunstancial entre as MPEs, apesar das medidas adotadas para tentar conter impactos do isolamento social, tais como: vendas online ou por sistema de *delivery*, adoção da prorrogação de prazo para pagamentos de tributos, suspensão das dívidas tributárias negociadas anteriormente com os órgãos fiscais, suspensão de contratos de trabalho e o acesso a créditos a partir de empréstimos bancários, entre outros.

As ações descritas por Leite Filho, Carvalho e Antonialli (2012) e Ferreira, Silva e Rodrigues (2020) apesar de em curto prazo apresentarem foco no contexto econômico, ao longo do tempo se alinha com as observações de Santos e Pereira (2020) no que se refere a importância da informação financeira e de fluxos de caixa para a tomada de decisão em meio a pandemia da COVID-19. Isto porque Santos e Pereira (2020) observam que apesar de os gestores demonstrarem preocupação com perspectivas futuras, quanto às capacidades de investimentos, eles, também, consideram importante a compreensão sobre os fluxos de caixa operacionais, financiamentos e de investimentos, talvez motivado pelos incentivos governamentais. Assim, conforme Moreira (2020), o fluxo de caixa exerce influência nas firmas de menor porte pelo fato de ele ser financiado por meio de créditos comerciais (CCs), obtidos junto a grandes companhias.

Neste sentido, o estudo de Luca, Teixeira Filho e Corrêa (2007) considera que a técnica de planejamento tributário se configura como uma ferramenta competitiva ao identificar e adequar práticas elisivas eficazes, além de facilitar a rotina fiscal a partir de um plano tributário base. Deste modo, apesar de os estudos com foco no uso da informação para a tomada de decisão, permearem elementos vinculados ao planejamento e ao uso de informação, especificamente em relação ao Planejamento, Neitzke e Oliveira (2012) observaram que as organizações necessitam de maior apoio técnico para que possam desenvolver prática de gestão nas empresas, no que refere ao planejamento, à execução e ao controle, evitando a mortalidade precoce dos negócios.

Vannucci, Ferreira e Silva (2020) confirmam que os principais motivos reconhecidos pelos empresários por contribuir para o aumento do índice de mortalidade das MPEs se referem a: falta de maturidade do empreendedor, ausência de planejamento do negócio antes de sua abertura, má gestão empresarial durante os primeiros anos de atividade especialmente em relação a gestão financeira, além de problemas pessoais dos proprietários que afetam o negócio, insuficiência de políticas públicas de apoio aos pequenos negócios e ao baixo crescimento da economia brasileira.

Deste modo, os resultados de Vannucci, Ferreira e Silva (2020) que se referem aos motivadores da mortalidade das MPEs têm amparo nos estudos de Perez et al. (2012) e Buchweitz e Cruz (2020). Isto porque Perez et al. (2012) ponderam sobre o uso de sistemas de informação que sejam eficientes e eficazes, que favoreçam o planejamento orçamentário proporcionando maior controle, mantendo a qualidade da informação e gerando *feedback* para os gestores. Ao passo que Buchweitz e Cruz (2020) evidenciam que sistemas de controle podem auxiliar a empresa a se readequar de modo mais ágil às necessidades do mercado.

Todavia, o alerta de Kós, Espejo, Raifur e Anjos (2011) se faz válido ao constarem que os gestores recebem parte das informações, mas não as compreendem, e as utilizam no processo decisório, dentro do limite de sua compreensão. Assim estudos como o de Hofer e Schultz (2007) demonstram que ao estruturar controles de custos visando o planejamento e o orçamento, auxiliam o gestor na tomada de decisão, uma vez que propiciam a participação do gestor no processo decisório de modo mais efetivo, gerando maior conhecimento sobre o processo de gestão. De modo complementar, Silva, Oyadomari, Medonça Neto e Diehl (2014) explicam que um melhor conhecimento dos custos permite o aumento da confiança de empresários na negociação de preços com seus clientes, além de gerar melhorias na apuração de custos e mudança na postura dos empresários sobre a informação relativa aos custos.

Observou-se que os estudos de Guanandy e Almeida (2017), Ribeiro, Freitas, Anjos e Oliveira (2015) e Gouveia e Fonseca (2020) apesar de enfocarem empresas de pequeno porte, foram desenvolvidos em empresas que tendem a migrar para um porte maior. Por isso, Guanandy e Almeida (2017) estudaram a auditoria externa em PMEs, e observaram que a contratação desse serviço representa um incentivo no aumento da divulgação obrigatória, mesmo quando esta é realizada de modo voluntário. Ribeiro, Freitas, Anjos e Oliveira (2015) consideram que o alinhamento frente ao que preconiza o IASB, em relação às IFRS de PMEs, as quais representam indicativos de aperfeiçoamento quanto à interação entre as normas contábeis e a qualidade da informação disponível para apoiar a tomada de decisão. Por fim, Gouveia e Fonseca (2020) enfocam mecanismos de governança corporativa em empresas familiares e o

potencial que a governança corporativa representa junto ao gerenciamento de conflitos peculiares às empresas familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As micro e pequenas empresas respondem significativamente pela geração de empregos e renda, desempenhando um papel social importante para o Brasil. No entanto, é importante ressaltar o alto índice de mortalidade deste tipo de empresa, causado por diversos fatores como a carência de informações para os gestores darem continuidade e manutenção de micro e pequenas empresas.

De modo a contribuir e minimizar esta carência de informações em relação à micro e pequenas empresas, a pesquisa foi então desenvolvida no formato de revisão sistemática e analisou 21 artigos científicos selecionados junto ao “USP *International Conference in Accounting*” e ao “Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade” de 2007 a 2020 com foco às publicações vinculadas com as empresas de micro e pequeno porte.

Baseado na análise de resultados apresentados os artigos foram segmentados em cinco grupos: mapeamento teórico, percepção de profissionais contábeis, uso da informação para tomada de decisão, e usuário externo da informação contábil.

Ao se analisar os cinco agrupamentos, identificou-se que o tema de “uso da informação para tomada de decisão” obteve maior participação geral, sendo composto por 71% dos artigos, dos quais apenas três textos, Guanandy e Almeida (2017), Ribeiro, Freitas, Anjos e Oliveira (2015) e Gouveia e Fonseca (2020), não enfocaram o amparo aos gestores e apoio ao processo de tomada de decisão.

Um aspecto importante ao se realizar a análise dos estudos é que alguns autores, como Perez et al. (2012), defendem o uso de sistemas de informação que sejam eficientes e eficazes, e que favoreçam o planejamento orçamentário proporcionando maior controle, mantendo a qualidade da informação e gerando *feedback* para os gestores. Contudo, os sistemas de informação podem não ser eficientes por si sós.

Então, uma alternativa seria a estruturação de controles de custos visando o planejamento e o orçamento, os quais podem auxiliar o gestor na tomada de decisão, uma vez que propiciam a participação do gestor no processo decisório de modo mais efetivo, gerando maior conhecimento sobre o processo de gestão (HOFER E SCHULTZ, 2007).

Para trabalhos futuros destaca-se a possibilidade de ampliar a coleta de dados em outros eventos e revistas tanto no contexto nacional e internacional a fim de observar outras práticas de ações em relação as empresas de micro e pequeno porte.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, P. C. R. C. (1998). O Papel da Informação no Processo de Capacitação Tecnológica das Micro e Pequenas Empresas. In: *Ci Inf.*, Brasília-DF, 27(1), pp. 35.
- ARAUJO, E.J. S., GOMES, R.C., MARQUES, C.M.M. (2020). O Desenvolvimento Prático Profissional de Estudantes de Ciências Contábeis nas Atividades Realizadas em Empresa Junior. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.

- BELIZÁRIO, M.P., ALMEIDA, S.R. (2020). O impacto da covid-19 no índice de mortalidade de micro e pequenas empresas. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- BIZERRA, H.K.A.I, SILVA, D.K.V., MACIEL, E.T.P., NASCIMENTO, J.C.S., PEREIRA, C.V.C. (2020). Covid-19 Versus Economia: Políticas Públicas voltadas para os Trabalhadores Informais e Pequenos Empresários na Crise do Novo Coronavírus. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- BORDIGNON, K. (2012). Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas: Uma Análise das Práticas Adotadas pelos Profissionais Contábeis. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- BRASIL, *Lei Complementar 128/08 - Altera a Lei Complementar no 123*, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em junho de 2020.
- BRASIL, *Lei complementar nº 123*, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nos 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/leis/lei123_2006.htm. Acesso em: março de 2020.
- BRASIL, *Lei complementar nº 147*, de 7 de agosto de 2014 - Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp147.htm. Acesso em: março de 2020.
- BRASIL, Ministério de desenvolvimento, indústria e comércio exterior. *Lei n. 12.792* – Dispõe sobre a organização da presidência da república e dos ministérios, criando a secretaria da micro e pequena empresa, cargo de ministro de estado e cargos em comissão. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30036975/do1-2013-04-01-lei-n-12-792-de-28-de-marco-de-2013-30036971>. Acesso em: março de 2021.
- BUCHWEITZ, M.J.R., CRUZ, A.P.C. (2020). Uso do Sistema de Controle Gerencial como Propulsor do Desenvolvimento de uma Empresa Familiar. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- CONFORTO, E. C., AMARAL, D. C., SILVA, S. D. (2011). Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto (CBGDP)*, Porto Alegre, Brasil.
- COUTO, M.; CAMPOS, P.; CASTRO, A. (2017). Mortalidade Precoce das Micro e Pequenas Empresas: estudo das principais causas de falência empresarial em Bambuí/MG. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 11(3), pp. 39-53.
- DEEKS, J. J.; HIGGINS, J. P. T.; ALTMAN, D. G. (editors). Analyzing data and undertaking meta analyses. In: HIGGINS, J. P. T; GREEN, S. (editors). *Cochrane Handbook of Systematic Reviews of Intervention*. Version 5.1.0 [atualizado em março de 2011]. London: The Cochrane Collaboration.

- FERREIRA, A.S., SILVA, P.L., RODRIGUES, R.L. Como as Empresas Estão se Ajustando aos Impactos Causados pela Covid-19? Um Estudo em MPes situadas em Shoppings Centers de Feira de Santana. In: Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2020.
- GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. Curitiba: IBQP, 2008.
- GELBCKE, E. R.; MARTINS, E.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S. De geração para geração: ciclos de vida das empresas familiares. São Paulo: Negócio, 1997.
- GOUVEIA, V.A.L., FONSECA, A.C.P.D. Contribuição da Socioemotional Wealth Theory para a Governança Corporativa nas Empresas Familiares. In: Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2020.
- GRECO, S.M, S.S., FRIEDLAENDER et al. 2010, R. H.; DUARTE E. C. de V. G.; RISSETE C. R.; FELIX J. C.; MACEDO M. de M. Empreendedorismo no Brasil: 2010. Curitiba: IBQP, 2010.
- GUANANDY, F.N., ALMEIDA, J.E.F. Pequenas e Médias Empresas e Disclosure Obrigatório: Efeitos do Padrão Contábil Adotado e da Auditoria Externa. In: Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2017.
- HIGGINS, J.P.T., GREEN, S. (editors). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions*. Version 5.1.0 [updated March 2011]. London: The Cochrane Collaboration.
- HOFER, E., SCHULTZ, C.A. Estritiocultura: uma alternativa para a pequena propriedade rural. In: Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2007
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil: 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Estudos e Pesquisas: Informação Econômica, n. 1). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2009.pdf>>.
- KÓS, S. R.; ESPEJO, M. M. S. B.; RAIFUR, L.; ANJOS, R. P. (2011) Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão. . In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- LEFEBVRE, C.; MANHEIMER, E.; GLANVILLE, J. (2011) Searching for studies. In: HIGGINS, J. P. T.; GREEN, S. (editors). *Cochrane Handbook of Systematic Reviews of Intervention*. Version 5.1.0.
- LEITE FILHO, G. A., CARVALHO, F.M., ANTONIALLI, L. M. (2012) Estudo sobre a Heterogeneidade de Crescimento de Vendas das Pequenas Empresas Brasileiras sob a Perspectiva da Visão Baseada em Recursos (VBR). In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- LOPES, L. C.; SIQUEIRA, K. P. S.; VIEIRA, E. M.M.; FREITAS, M. A. L. (2014) Adoção de controles financeiros e não financeiros por Microempreendedores Individuais, *Revista Gestão e Sociedade*, v. 8, p.749-766.
- LUCA, M., TEIXEIRA FILHO, M.C.T. E CORRÊA, M.M.C.C. (2007) A elisão Tributária Aplicadas as Micro e Pequenas Empresas. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- MARKUS, K.; MORAES, C. (2015) Longevidade Empresarial: MPes a uma taxa de sobrevivência atípica. *Caderno Profissional de Administração – UNIMEP*, v.5, n.1.

- MARQUES, A. V. (2009) Planejamento e controle financeiro nas micro e pequenas empresas, visando à continuidade e à sustentabilidade. In: *Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Salvador.
- MORAIS, L, CARNEIRO, L. (2017) Mortalidade de micro e pequenas empresas na cidade de Nairai -MS. *Anais I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação. Naviraí.*
- MOREIRA, F.V. (2020) A relevância de créditos comerciais no financiamento de micro, pequenas e médias empresas durante a pandemia do Coronavírus. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- NEITZKE, A.C.A., OLIVEIRA, R.M. (2012) Um Estudo dos Fatores que Influenciam o Processo de Gestão das Micro e Pequenas Empresas Gaúchas. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- OLIVEIRA, M.A.M., MORAES, R.O., MARÇAL, A.S.V. (2019) Pequenos e Médios Empresários Contábeis: Por que (não) Resistir a Mudança? À luz de Kurt Lewin. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- PEREZ, G.; FIASCHI, DIOGO FRANCO; SANTOS, ELIANA ELIAS; SOUZA, FLAVIANE GOMES. (2012) Sistemas de Informação para Orçamento: Um Estudo Sobre as Características dos Sistemas Utilizados nas Micro e Pequenas Empresas. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- PESSOA, A. (2017) *Estudo do Sebrae revela que 52% das micro e pequenas empresas do Brasil são familiares*. Disponível em: <http://www.pi.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PI/estudo-do-sebrae-revela-que-52-das-micro-e-pequenas-empresas-do-brasil-sao-familiares,53648bd548d1d510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 10/11/2020.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR (2018). *Microempreendedor individual: estatísticas do MEI*. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/meimicroempreendedor-individual/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>. Acesso em 10/11/2020.
- PORTUGAL, N. S.; SILVA, S. S.; PORTUGAL JÚNIOR, P. S.; ALVES, F. A. (2017) Microempreendedores Individuais: Um Estudo sobre suas Ações e Percepções Frente às Exigências do Desenvolvimento Sustentável. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 6, p. 107 – 122.
- RIBEIRO, M.T.J.B., FREITAS, A.R.F., ANJOS, L.C.M., OLIVEIRA, M.F.J. (2015) Contribuições ao Exposure Draft ED/2013/9 – IFRS for SMEs: Uma Análise das Opiniões de Agentes Econômicos sobre as Propostas de Mudanças para Pequenas e Médias Empresas. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- RODRIGUES, I. R., CASTRO, J. A (2017) Importância das Micro Empresas (ME) no Atual Cenário Econômico Brasileiro. *ANAIS - Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – III SEPE Ética, Política e Educação no Brasil Contemporâneo*. Anápolis.
- SALES, R. L., BARROS, A. A. DE, & PEREIRA, C. M. M. DE A. (2011) Fatores condicionantes da mortalidade dos pequenos negócios em um típico município interiorano brasileiro. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 5, p. 68-84.
- SANTINI, S., FAVARIN, E. DE V., NOGUEIRA, M. A., OLIVEIRA, M., L., RUPPENTHAL, J. E. (2015) Fatores de mortalidade em micro e pequenas empresas: um estudo na região central do Rio Grande do Sul. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, v.8.

- SANTOS, E.F., PEREIRA, A. (2020) Evidências dos Efeitos da Covid-19 nos Fluxos de Caixa de Pequenas e Médias Empresas. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- SCHAEFER, V., BITTENCOURT, S.A.M. (2020) Auditoria Independente: um Estudo dos Motivos de Contratação pelas Pequenas e Médias Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo, 2020.
- SCHÜNEMANN, H. J.; OXMAN, A. D.; HIGGINS, J. P. T.; VIST, G. E.; GLASZIOU, P.; GUYATT, G. H. (2011) Presenting results and ‘Summary of findings’ tables. In: HIGGINS, J. P. T.; GREEN, S. (editors). *Cochrane Handbook of Systematic Reviews of Intervention. Version 5.1.0* [atualizado em março de 2011]. London: The Cochrane Collaboration.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020) *Perfil do Microempreendedor Individual*, 2017 Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Pesquisa-Perfil-do-MEI-2017.pdf>. Acesso em 15/01/2020.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro E Pequenas Empresas. (2020) *Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI*, 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencasentre-microempresa-pequena-empresa-emei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em 22/10/2020.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro E Pequenas Empresas. (2020) *Sobrevivência das empresas no Brasil. 2016*. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>. Acesso em 22/10/2020.
- SILVA, R. M., OYADOMARI, L. C., MEDONÇA NETO, O. R., DIEHL, C.A. (2014) Custo e Preço de Venda: Uma Abordagem Intervencionista em Pequenas Industrias. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- SOARES, A.G.M., PEREIRA, C.C. (2019) Principais fatores a Influenciar a Prestação de Auxílio Contábil ao Microempreendedor Individual na Percepção dos Escritórios de Contabilidade. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- SOUSA, M. R. de; RIBEIRO, A. L. P. (2009) Revisão sistemática e meta-análise de estudos de diagnóstico e prognóstico: um tutorial. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 92, n. 3, mar.
- VANNUCCI, I.M., FERREIRA, M.A., SILVA, V.R. (2020) A influência da Gestão Empresarial na Taxa de Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas de Uberlândia. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.
- VELOSO, L.; PORTO, F. (2015) *A Importância do Planejamento Financeiro nas Micro e Pequenas Empresas. Faculdade Promove*, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Brasília.
- ZATTA, F. N., MATTOS, A.L., OLIVERA, R.R. (2020). Presente e Futuro da Empresa Familiar: O Perfil das Publicações Mundiais. In: *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo.